



E-book

MANUAL DO APROVADO

|| CFC 2025.2 ||



MANUAL DO APROVADO - CFC

EXAME DE SUFICIÊNCIA

APRESENTAÇÃO

Olá, **futuro aprovado!**

Estamos chegando à reta final do tão aguardado **Exame de Suficiência - CFC - 2025.2.**

Trilhamos uma jornada intensa junto a você durante esses últimos meses. Foram vários cursos, aulas e simulados, tudo isso para deixá-lo **cada vez mais capacitado a alcançar seu tão almejado sonho e conseguir, de uma vez por todas, exercer nossa amada profissão!**

A essa altura do campeonato, embora o cansaço possa estar batendo, não é hora de desacelerar. Mais do que nunca, é preciso revisar, aperfeiçoar os detalhes e garantir que você estará **100% preparado** no dia do exame.

Para ajudá-lo nessa missão, elaboramos **este e-book com dicas precisas dos nossos professores**, com o objetivo de aprimorar ainda mais sua preparação para o tão aguardado EXAME!

Nele, você encontrará:

- DICAS FINAIS** dos assuntos mais importantes para seu exame, preparadas pelos nossos professores.

Está preparado? Então, vamos lá!

Bons estudos e sucesso!

Estratégia CFC



Não perca o Gabarito Extraoficial, no dia 14/09!

MANUAL DO APROVADO - CFC

EXAME DE SUFICIÊNCIA

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
SUMÁRIO	2
DICAS	3
CONTABILIDADE GERAL	4
CONTABILIDADE GERAL	6
CONTABILIDADE GERAL	6
CONTABILIDADE DE CUSTOS	8
PERÍCIA CONTÁBIL	10
CONTABILIDADE APlicada ao SETOR PÚBLICO	11
CONTABILIDADE GERENCIAL	16
LEGISLAÇÃO E ÉTICA PROFISSIONAL	17
AUDITORIA	19
PORTUGUÊS	21
MATEMÁTICA FINANCEIRA	23
ESTATÍSTICA	24
NOÇÕES DE DIREITO E LEGISLAÇÃO APlicada	26
CONTROLADORIA	30

MANUAL DO APROVADO - CFC

EXAME DE SUFICIÊNCIA

DICAS



PROFESSOR: MARCONDES FORTALEZA

CONTABILIDADE GERAL

BALANÇO PATRIMONIAL

As obrigações decorrentes de itens operacionais, como gastos com empregados e fornecedores, são classificadas como Circulante, mesmo que a previsão de liquidação seja para um período maior que 12 meses após a data de encerramento das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

As despesas e receitas financeiras englobam, entre outras coisas, os juros, as variações das dívidas ou recebíveis por mudança no câmbio ou em um determinado índice de preços, as despesas bancárias e as apropriações das retificações de ativos e passivos trazidos a valor presente.

MANUAL DO APROVADO - CFC

EXAME DE SUFICIÊNCIA

ATIVO IMOBILIZADO

Os gastos relacionados com os bens do Ativo Imobilizado podem ser considerados gastos de capital, que irão beneficiar mais de um exercício social e devem ser adicionados ao valor do Ativo Imobilizado, ou gastos do período, que devem ser agregados às contas de despesas do período, pois só beneficiam um exercício e são necessários para manter o Imobilizado em condições de operar, não aumentando sua vida útil.

ATIVO INTANGÍVEL

Para fins de contabilização, só podem ser considerados intangíveis aqueles para os quais a entidade tenha incorrido em custo, derivado de uma transação envolvendo partes não relacionadas. Evita-se, dessa forma, o reconhecimento de intangíveis gerados internamente e sem forma objetiva de mensuração, como o *goodwill*.



PROFESSOR: SILVIO SANDE

CONTABILIDADE GERAL

MANUAL DO APROVADO - CFC

EXAME DE SUFICIÊNCIA

PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

Provisões são passivos de prazos ou de valores incertos. Para serem reconhecidas no BP, tem que ser provável que haja a saída de recursos e que seu valor possa ser estimado com segurança. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis por não atenderem os critérios de reconhecimento: PROVÁVEL saída de recursos e ESTIMATIVA CONFIÁVEL do valor.

ATIVOS INTANGÍVEIS

Ativos intangíveis com vida indefinida não sofrem amortização, enquanto os que têm vida definida devem ser amortizados.

A amortização deve ser iniciada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso, ou seja, quando se encontrar no local e nas condições necessários para que possa funcionar da maneira pretendida pela administração e deve cessar na data em que o ativo é classificado como mantido para venda ou na data em que ele é baixado, o que ocorrer primeiro.

ATIVOS IMOBILIZADOS

Os ativos imobilizados devem ser reconhecidos inicialmente pelo custo. Todos os gastos diretamente atribuíveis para se colocar a empresa nas condições de funcionamento pretendidas pela administração (frete, seguro, instalação, testes, honorários profissionais, benefícios a empregados) incorporam o custo.

MANUAL DO APROVADO - CFC

EXAME DE SUFICIÊNCIA



PROFESSOR: GILMAR POSSATI

CONTABILIDADE GERAL

DEFINIÇÕES DOS CPCS!

Definição	Palavras-chave
Ativo	Recurso econômico presente ; controlado ; eventos passados ; potencial produção de benefícios econômicos .
Passivo	Obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados .
Imobilizado	Item tangível ; mantido para uso ; mais de um período
Intangível	<u>Não</u> monetário; identificável ; sem substância física
Estoques	Mantido para venda (mercadoria); materiais ou suprimentos em processo de produção/consumidos (matéria-prima)
Provisão	Passivo de prazo ou de valor incertos

MANUAL DO APROVADO - CFC

EXAME DE SUFICIÊNCIA

PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

	Saída de recursos		
	Provável	Possível	Remoto
Reconhecimento Contábil (BP)	Sim	Não	Não
Divulgação em Notas Explicativas	Sim	Sim	Não

Definição: provisão é um passivo de prazo e/ou valor incerto.

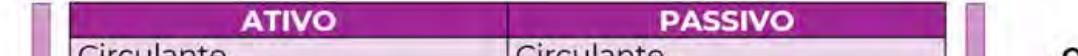
Mensuração: melhor estimativa da saída de recursos.

Passivos Contingentes e Ativos Contingentes não são reconhecidos no BP!

BALANÇO PATRIMONIAL

- **Demonstração Estática;**
 - **Posição Financeira e Patrimonial**
 - **Representa o patrimônio em seus aspectos quantitativos e qualitativos**

	ATIVO	PASSIVO	
Ordem Decrescente Liquidez (Lei 6.404)	Circulante	Circulante	Ordem Decrescente Exigibilidade (não expresso na Lei 6.404)
	Não Circulante	Não Circulante	
		Patrimônio Líquido	
	Total	Total	


Aplicações **Origens**

MANUAL DO APROVADO - CFC

EXAME DE SUFICIÊNCIA



PROFESSOR: SILVIO SANDE

CONTABILIDADE DE CUSTOS

CONCEITOS

CUSTOS - São os gastos relativos a bens ou serviços utilizados na produção de outros bens ou serviços.

DESPESAS - São os gastos relativos ao consumo de bens ou serviços que têm relação com o processo de obtenção de receitas da entidade, mas que não são usados na produção.

INVESTIMENTOS - São os gastos que têm como contrapartida um ativo. Gasto Ativado em função da vida útil.

CUSTEIO

A diferença entre o **custeio por absorção** e o **custeio variável** está no tratamento dado aos **Custos Fixos**.

No Custo por **Absorção**, os custos fixos são apropriados aos produtos, enquanto, no Custo Variável, eles são tratados como despesas, indo diretamente ao resultado.

MANUAL DO APROVADO - CFC

EXAME DE SUFICIÊNCIA

O Custo por **Absorção** é utilizado pela contabilidade **financeira** e **tributária**, enquanto o Custo **Variável** é utilizado pela contabilidade **gerencial**.

CLASSIFICAÇÃO DOS CUSTOS

EM RELAÇÃO AO PRODUTO

Custos Diretos = Consegue-se medir diretamente no produto.

Custos Indiretos = Não se consegue medir diretamente, necessário RATEIO.

EM RELAÇÃO AO VOLUME DE PRODUÇÃO

Custos Fixos = Não variam diretamente com o volume de produção.

Custos variáveis = Variam diretamente com o volume produzido.

MANUAL DO APROVADO - CFC

EXAME DE SUFICIÊNCIA



PROFESSOR: JULIO CARDOZO

PERÍCIA CONTÁBIL

DESENVOLVIMENTO DA PERÍCIA

Elaborado o planejamento, o perito contábil pode convidar os assistentes técnicos para uma reunião de trabalho, presencial ou por meio eletrônico, para dar conhecimento quanto à execução do trabalho.

IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO LEGAL

O perito nomeado está sujeito à suspeição quando sua imparcialidade puder ser comprometida por determinadas circunstâncias, como: o recebimento de presentes de pessoas interessadas na causa; o aconselhamento prévio a alguma das partes ou o financiamento de despesas do processo; e, ainda, por motivo de foro íntimo.

MANUAL DO APROVADO - CFC

EXAME DE SUFICIÊNCIA



PROFESSOR: GILMAR POSSATI

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

REGIMES DA CONTABILIDADE PÚBLICA

Além do registro dos fatos ligados à execução orçamentária, deve-se proceder à evidenciação dos fatos ligados à administração financeira e patrimonial, de maneira que os fatos modificativos sejam levados à conta de resultado e que as informações contábeis permitam o conhecimento da composição patrimonial e dos resultados econômicos e financeiros de determinado exercício. Nesse sentido, a contabilidade deve evidenciar, tempestivamente, os fatos ligados à administração orçamentária, financeira e patrimonial, gerando informações que permitam o conhecimento da composição patrimonial e dos resultados econômicos e financeiros.

Regime Orçamentário (misto): reconhecimento da receita orçamentária pela arrecadação (caixa) e da despesa orçamentária pelo empenho (competência).

Regime Patrimonial: regime de competência integral. Reconhecimento de VPAs e VPDs em função do fato gerador.

MANUAL DO APROVADO - CFC

EXAME DE SUFICIÊNCIA

Registros Contábeis – Contabilidade Aplicada ao Setor Público					
Contas de Natureza de Informação Orçamentária			Contas de Natureza de Informação Patrimonial		
Evento	Critério	Base Normativa	Evento	Critério	Base Normativa
Receita Orçamentária	Arrecadação	Lei nº 4.320/1964 art. 35	Variação Patrimonial Aumentativa	Competência	NBC TSP – Estrutura Conceitual
Despesa Orçamentária	Empenho	Lei nº 4.320/1964 art. 35	Variação Patrimonial Diminutiva	Competência	NBC TSP – Estrutura Conceitual

RECONHECIMENTO INICIAL

Saiba o que entra no custo de estoques, imobilizado e intangível adquirido separadamente!

O **custo inclui**: preço de compra; tributos não recuperáveis; frete (transporte); seguro; manuseio; outros custos diretamente atribuíveis (honorários, preparação do local, remoção).

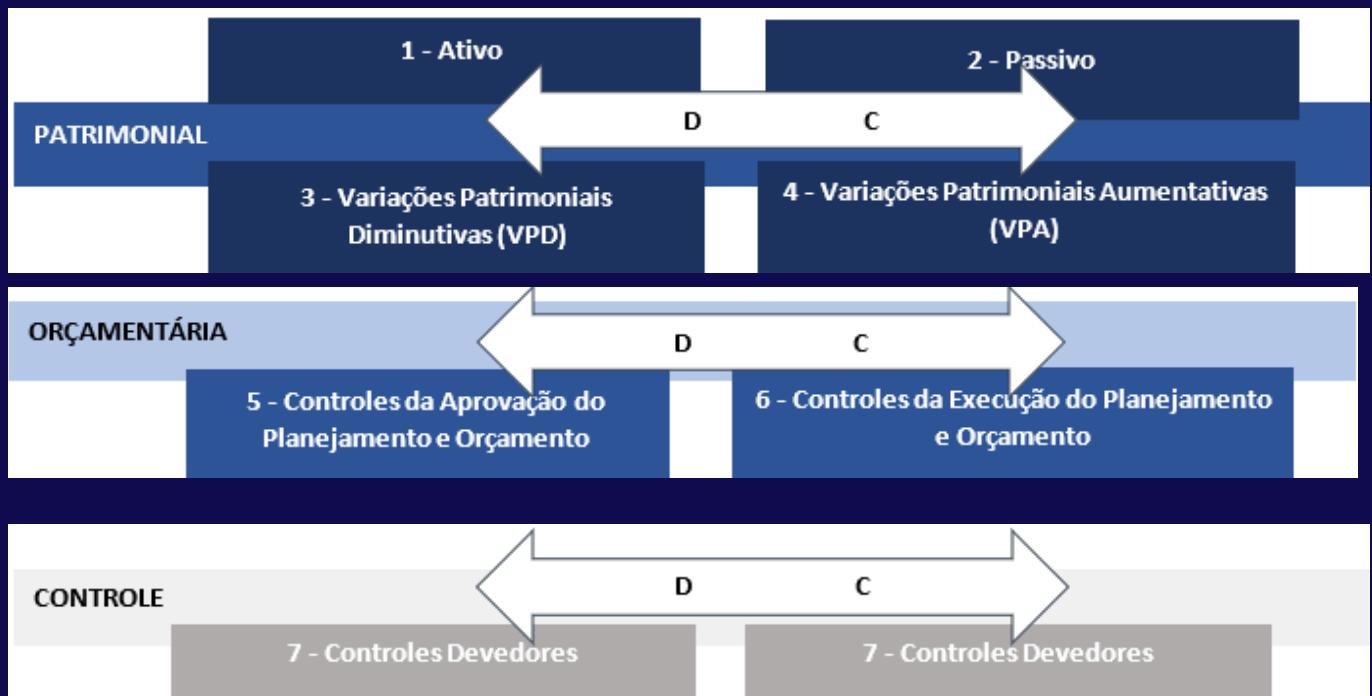
Não entram no custo (são VPD): descontos comerciais, abatimentos, custos administrativos, perdas anormais...

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO

Os lançamentos devem debitar e creditar contas que apresentem a mesma natureza de informação.

MANUAL DO APROVADO - CFC

EXAME DE SUFICIÊNCIA



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

A DFC é estruturada em três fluxos. Saber os principais exemplos de transações de cada fluxo é fundamental!

Atividades Operacionais: ingressos e desembolsos relacionados à ação pública

Receitas Correntes; Remuneração Disponibilidades; Outras Receitas Derivadas/Originárias; Transferências recebidas/concedidas; VPD Pessoal; Juros e Encargos da Dívida.

Atividades Investimento: aquisição e alienação de ativo não circulante, adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos.

Atividades Financiamento: recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos (obtidos); integralização capital social (empresas dependentes)

MANUAL DO APROVADO - CFC

EXAME DE SUFICIÊNCIA

RESTITUIÇÕES DE RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

O processo de restituição consiste na devolução total ou parcial de receitas orçamentárias que foram recolhidas a maior ou indevidamente, as quais, em observância aos princípios constitucionais da capacidade contributiva e da vedação ao confisco, devem ser devolvidas. Como correspondem a recursos arrecadados que não pertencem ao ente público e não são aplicáveis em programas e ações governamentais sob a responsabilidade do arrecadador, não há necessidade de autorização orçamentária para sua devolução.

No caso de devolução de saldos de convênios, contratos e congêneres, deve-se adotar os seguintes procedimentos:

- a. **Se a restituição ocorrer no mesmo exercício** em que foram recebidas transferências do convênio, contrato ou congêneres, **deve-se contabilizá-la como dedução de receita orçamentária até o limite de valor das transferências recebidas no exercício**;
- b. **Se o valor da restituição ultrapassar o valor das transferências recebidas no exercício**, o **montante que ultrapassar** esse valor deve ser registrado como **despesa orçamentária**.
- c. Se a **restituição for feita em exercício em que não houve transferência** do respectivo convênio/contrato, **deve ser contabilizada como despesa orçamentária**.

DESPESAS EMPENHADAS “A LIQUIDAR” X DESPESAS EMPENHADAS “EM LIQUIDAÇÃO”

As despesas empenhadas e ainda não liquidadas, para efeito do adequado tratamento contábil, são divididas entre “a liquidar” e “em liquidação”. Essa distinção depende da correta identificação da ocorrência do fato gerador da obrigação a ser reconhecida.

As **despesas empenhadas a liquidar** são aquelas cujo prazo para cumprimento da obrigação, assumida pelo credor (contratado), encontra-se vigente, ou seja, ainda

MANUAL DO APROVADO - CFC

EXAME DE SUFICIÊNCIA

não ocorreu o fato gerador da obrigação patrimonial para o ente, estando pendente de entrega do material ou do serviço adquirido.

As **despesas empenhadas em liquidação** são aquelas em que houve o adimplemento da obrigação pelo credor (contratado), caracterizado pela entrega do material ou prestação do serviço, estando na fase de verificação do direito adquirido, ou seja, tem-se a ocorrência do fato gerador da obrigação patrimonial, todavia, ainda não se deu a devida liquidação.

SUPRIMENTO DE FUNDOS (REGIME DE ADIANTAMENTO)

O suprimento de fundos é caracterizado por ser um adiantamento de valores a um servidor para futura prestação de contas.

Esse **adiantamento constitui despesa orçamentária**, ou seja, para conceder o recurso ao suprido é necessário percorrer os três estágios da despesa orçamentária: empenho, liquidação e pagamento.

Apesar disso, **não representa uma despesa pelo enfoque patrimonial**, pois, no momento da concessão, não ocorre redução no patrimônio líquido.

Na liquidação da despesa orçamentária, ao mesmo tempo em que ocorre o registro de um passivo, há também a incorporação de um ativo, que representa o direito de receber um bem ou serviço, objeto do gasto a ser efetuado pelo suprido, ou a devolução do numerário adiantado.

MANUAL DO APROVADO - CFC

EXAME DE SUFICIÊNCIA



PROFESSOR: SILVIO SANDE

CONTABILIDADE GERENCIAL

ESTOQUES

Os estoques devem ser mensurados inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo ou valor realizável líquido.

ÍNDICES DE LUCRATIVIDADE E RENTABILIDADE

Margem Bruta = Lucro Bruto ÷ Vendas líquidas

Margem Líquida = Lucro Líquido ÷ Vendas líquidas

Rentabilidade do PL (ROE) = Lucro Líquido ÷ PL (médio)

Rentabilidade do Ativo (ROI) = (Lucro Líquido + Despesas Financeiras) ÷ Ativo (médio)

MANUAL DO APROVADO - CFC

EXAME DE SUFICIÊNCIA



PROFESSOR: GILMAR POSSATI

LEGISLAÇÃO E ÉTICA PROFISSIONAL

PERMISSÕES (NBC PG 01)

O contador pode:

- (a)** publicar trabalho, científico ou técnico, assinado e sob sua responsabilidade;
- (b)** transferir o contrato de serviços a seu cargo a outro profissional, com a anuência do cliente, **sempre por escrito**;
- (c)** transferir, **parcialmente**, a execução dos serviços a seu cargo a outro profissional, mantendo **sempre** como sua a responsabilidade técnica; e
- (d)** indicar, em qualquer modalidade ou veículo de comunicação, títulos, especializações, serviços oferecidos, trabalhos realizados e a **relação de clientes** (quando **autorizada por estes**).

PENALIDADES ÉTICAS (NBC PG 01)

- Advertência reservada;
- Censura reservada; ou
- Censura pública.

MANUAL DO APROVADO - CFC

EXAME DE SUFICIÊNCIA

Atenção! Não existe a penalidade de advertência pública!

AGRAVANTES E ATENUANTES

Na aplicação das sanções éticas, podem ser consideradas **agravantes**:

- (a) ação ou omissão que macule publicamente a imagem do contador;
- (b) punição ética anterior transitada em julgado; e
- (c) gravidade da infração

Na aplicação das sanções éticas, podem ser consideradas **atenuantes**:

- (a) ação desenvolvida em defesa de prerrogativa profissional;
- (b) ausência de punição ética anterior;
- (c) prestação de serviços relevantes à Contabilidade; e
- (d) aplicação de salvaguardas.

IMPEDIMENTOS E JUSTIFICATIVAS (NBC PG 12)

Os profissionais sujeitos ao cumprimento da NBC PG 12 – Educação Profissional Continuada que, por motivos comprovadamente justificados, estiverem impedidos de exercer a profissão devem cumprir a EPC proporcionalmente aos meses trabalhados no ano. São consideradas justificativas válidas para esse fim:

- (a) licença-maternidade ou licença-paternidade;
- (b) enfermidades;
- (c) acidente de trabalho; e

MANUAL DO APROVADO - CFC

EXAME DE SUFICIÊNCIA

(d) outras situações julgadas pertinentes, a critério da Comissão de Educação Profissional Continuada (CEPC CRCs/CFC).



PROFESSOR: GUILHERME SANT'ANNA

AUDITORIA

TESTES E PROCEDIMENTOS

Indagação: busca de informações junto a pessoas com conhecimento, financeiro e não financeiro, dentro ou fora da entidade.

Procedimentos analíticos: avaliação das informações feitas por meio de estudo das relações plausíveis entre dados financeiros e não financeiros. Incluem a investigação de flutuações e relações identificadas que sejam inconsistentes com outras informações relevantes ou que se desviem significativamente dos valores previstos.

OPINIÃO MODIFICADA – COM RESSALVA

Opinião com ressalva é a opinião expressa pelo auditor quando ele, tendo ou não obtido evidência apropriada e suficiente, conclui que os efeitos ou possíveis efeitos de distorções sobre as demonstrações são relevantes, mas não generalizados.

MANUAL DO APROVADO - CFC

EXAME DE SUFICIÊNCIA

FRAUDE E ERRO

O risco de o auditor não detectar uma distorção relevante decorrente de **fraude** é **MAIS ALTO** do que o risco de ele não detectar uma distorção decorrente de **erro**.

AMOSTRAGEM – RISCO DE AMOSTRAGEM

Risco de amostragem é o risco de que, se toda a população fosse sujeita ao mesmo procedimento de auditoria, a conclusão do auditor, com base em amostra, pudesse ser diferente.

OBJETIVOS GERAIS DA AUDITORIA E DO AUDITOR

O **objetivo da auditoria** é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Esse objetivo é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável.

MANUAL DO APROVADO - CFC

EXAME DE SUFICIÊNCIA



PROFESSORA: FABÍOLA SOARES

PORTUGUÊS

PRESSUPOSTOS E SUBENTENDIDOS

A FGV costuma cobrar os assuntos de pressupostos e de subentendidos. O pressuposto é uma informação implícita que permanece mesmo na negação: “*Maria parou de fumar*” → pressupõe-se que *Maria fumava antes*. Já o subentendido depende do contexto e da interpretação do leitor, podendo variar conforme a situação comunicativa.

USO DA VÍRGULA

A vírgula, na norma culta, não separa sujeito e predicado. Cuidado: muitas questões do CFC cobram vírgula em orações coordenadas, orações adjetivas explicativas e adjuntos adverbiais antecipados.

MANUAL DO APROVADO - CFC

EXAME DE SUFICIÊNCIA

CONCORDÂNCIA VERBAL

Na concordância, a FGV cobra casos de sujeito composto, expressões partitivas e a regra de concordância com porcentagens. Exemplo: “Cerca de 20% dos alunos acertaram a questão.”

VALOR E CLASSIFICAÇÃO DO “QUE”

O “que” pode assumir diferentes funções: pronome relativo, conjunção integrante, conjunção explicativa, conjunção consecutiva, etc. Questões da FGV exigem atenção ao período para identificar sua real função no contexto.

MANUAL DO APROVADO - CFC

EXAME DE SUFICIÊNCIA

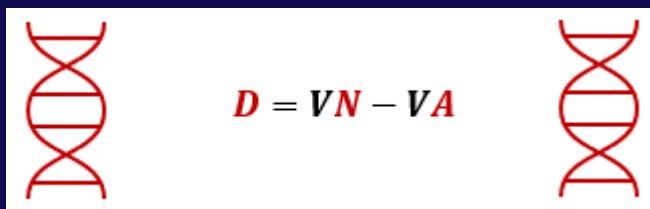


PROFESSOR: ANDREW CAZEMIRO

MATEMÁTICA FINANCEIRA

DESCONTOS: DNA!

O valor do **desconto** (D) será igual à diferença entre o valor nominal do título (VN) e o valor atual antecipado (VA).


$$D = VN - VA$$

VALOR PRESENTE LÍQUIDO (VPL)

O VPL indica o quanto o projeto agrega de valor ao capital investido, considerando o custo de oportunidade (TMA).

MANUAL DO APROVADO - CFC

EXAME DE SUFICIÊNCIA

Resultado	Interpretação
VPL > 0	Projeto viável (gera valor acima da TMA)
VPL = 0	Projeto neutro
VPL < 0	Projeto inviável (não cobre a TMA)

Para calculá-lo, basta somar o valor presente de cada fluxo de caixa futuro e subtrair o valor do investimento inicial (CFO).

$$VPL = -CFO + VP_1 + VP_2 + \dots + VP_n$$

PAYBACK

O *payback* indica em quanto tempo o investimento inicial é recuperado por meio do lucro líquido anual (receita menos despesa).

Por exemplo, se o projeto exige um investimento de R\$ 200.000,00 e gera R\$ 50.000,00 ao ano, o *payback* simples será de 4 anos ($200.000 / 50.000 = 4$).

ESTATÍSTICA

MODA

A **moda** é o elemento que mais se repete em um conjunto de dados. Isso pode ocorrer tanto com variáveis quantitativas (ex: número de carros vendidos), quanto com qualitativas (ex: a cor de carro mais vendida).

MANUAL DO APROVADO - CFC

EXAME DE SUFICIÊNCIA

PROBABILIDADE

A probabilidade de um evento A é calculada pela razão:

$$P(A) = \frac{n(A)}{n(S)} = \frac{\text{Número de casos favoráveis a } A}{\text{Número total de casos possíveis}}$$

- **Espaço Amostral (S):** conjunto de todos os resultados possíveis de um experimento.
- **Evento (A):** subconjunto do espaço amostral; o resultado que nos interessa.

MANUAL DO APROVADO - CFC

EXAME DE SUFICIÊNCIA



PROFESSOR: RODRIGO BET

NOÇÕES DE DIREITO E LEGISLAÇÃO APLICADA

DEFINIÇÃO DE TRIBUTO

Tributo é: toda **(a)** prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que **(b)** não constitua sanção de ato ilícito, (c) instituída em lei e **(d)** cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

DEFINIÇÃO DE IMPOSTO

O **imposto** é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica relativa ao contribuinte.

DEFINIÇÃO DE TAXA

As **taxas** têm como fato gerador o **exercício regular do poder de polícia**, ou a **utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição**.

MANUAL DO APROVADO - CFC

EXAME DE SUFICIÊNCIA

DEFINIÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A **contribuição de melhoria** é instituída para fazer face ao custo de **obras públicas** de que decorra valorização imobiliária.

OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

Obrigação Principal: pagamento de tributo e/ou penalidade decorrente.

Obrigação Acessória: prestações, positivas ou negativas, instrumentais que a administração fazendária tem interesse (ex. emitir nota fiscal).

VIGÊNCIA NORMAS COMPLEMENTARES

Atos normativos: data da publicação.

Decisões adm. com eficácia normativa: 30 dias da publicação.

Convênios: data neles prevista.

LANÇAMENTOS

Ofício: o fisco já tem as informações. Ex.: IPTU e IPVA.

Declaração: o contribuinte declara as informações ao fisco. Ex. ITBI e ITCD.

Homologação: o contribuinte antecipa o pagamento sem exame prévio. Ex. ICMS e IR.

MANUAL DO APROVADO - CFC

EXAME DE SUFICIÊNCIA

PRINCÍPIOS EXPRESSOS

LIMPE: Toda a Administração Pública deve observar os princípios da: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

LICITAÇÕES

Regra: bens, serviços, obras, alienações → é preciso fazer licitação.

Exceção: pode-se contratar diretamente quando for uma situação de inexigibilidade (a competição não é possível) ou dispensável (situações em que a lei permite ao administrador público contratar sem licitação).

FUNDAMENTOS NA CONSTITUIÇÃO

SOCIDIVAPLU: Os fundamentos da República Federativa do Brasil são: SOberania, Cldadania, Dlgnidade da pessoa humana, VAlores sociais do trabalho e da livre iniciativa; e PLUralismo político.

PREVIDÊNCIA x ASSISTÊNCIA SOCIAL

PREVIDÊNCIA: tem caráter contributivo. Benefícios previdenciários como aposentadoria, pensão por morte, auxílio doença aos segurados (aqueles que contribuem).

ASSISTÊNCIA SOCIAL: não tem caráter contributivo. Benefícios para quem necessitar.

EMPREGADO

Quem é empregado? Considera-se empregado toda a pessoa física que prestar

MANUAL DO APROVADO - CFC

EXAME DE SUFICIÊNCIA

serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.

EMPRESÁRIO

Quem é empresário? Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.

MANUAL DO APROVADO - CFC

EXAME DE SUFICIÊNCIA



PROFESSORA: ELISABETE MOREIRA

CONTROLADORIA

COMPLIANCE

O *compliance* está relacionado ao cumprimento de leis para evitar eventos de corrupção, suborno, desvios éticos e outros correlatos.

IDENTIDADE ESTRATÉGICA

A identidade organizacional envolve a definição da “missão”, razão de ser da organização; “visão”, objetivo de longo prazo a ser alcançado no futuro; e valores, crenças, ideias e pressupostos que permeiam o processo decisório.

ANÁLISE SWOT

A matriz SWOT – *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças), ou análise FOFA, envolve a análise do ambiente externo à organização, no qual se avaliam oportunidades e ameaças (variáveis incontroláveis), e a análise do ambiente interno da organização, no qual se avaliam as competências e as fraquezas internas (variáveis controláveis).